



## Veredas atemática

Volume 20 nº 2 – 2016

---

### **Política de línguas e fronteiras no Mercosul: novos sentidos para o espanhol, o português e o guarani<sup>1</sup>**

Andréa Weber (UFSM)<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste estudo é identificar e discutir os sentidos políticos inscritos às línguas portuguesa, espanhola e guarani por ações educacionais em áreas de fronteira do Mercosul, a partir do conceito de política de línguas (ORLANDI, 2002). Para isso, analisa a participação dessas línguas nas propostas educacionais das Escolas Bilingües de Fronteira, do Ensino Técnico Binacional e da UNILA. Nelas, as línguas portuguesa e espanhola adquirem sentidos de segunda-língua e/ou de línguas próximas, ao entender-se que elas são de conhecimento do público envolvido, enquanto o guarani tem uma presença incipiente, funcionando como uma língua de cultura e história.

Palavras-chave: política de línguas; fronteiras; Mercosul.

### **Introdução**

O objetivo deste artigo é apresentar algumas ações linguísticas<sup>3</sup> em funcionamento em áreas de fronteira do Mercado Comum do Sul (Mercosul)<sup>4</sup>, enfocando os sentidos políticos que elas inscrevem às línguas portuguesa, espanhola e guarani. Nele, buscamos discutir a *política de línguas no Mercosul*, mais bem do que a *política linguística do Mercosul*. Isso

---

<sup>1</sup>Trabalho realizado durante estágio de pesquisa no Iberoamerika-Zentrum, na Universidade de Heidelberg, Alemanha, com o apoio financeiro do Santander Universidades, em 2013.

<sup>2</sup>Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen, Brasil.

<sup>3</sup>Por ações linguísticas, entendemos os programas e projetos implementados institucionalmente com o objetivo de promover o contato entre diferentes nações, culturas e línguas.

<sup>4</sup>O Mercosul foi criado em 1991, tendo como membros permanentes Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Em 2012, a Venezuela foi a ele incorporada.

porque a perspectiva aqui adotada abarca desde a “tematização formal de uma política linguística explícita, planejada, assumida claramente como organizacional, até a observação de processos institucionais menos evidentes presentes de forma implícita nos usos diferenciados (e que produzem diferenças) das línguas” (ORLANDI, 2002, p. 95). Desse modo, trazemos para essa discussão não só a política linguística do Mercosul, explicitamente presente em seus documentos e projetos, mas também a política que emerge das ações linguísticas organizadas ou apoiadas pelo bloco.

Neste texto, concentramo-nos na política e nas ações linguísticas do Mercosul direcionadas às áreas de fronteira entre os países que o integram, especialmente à chamada fronteira platina. A região platina é conformada pelas nações sul-americanas banhadas pelos rios Uruguai, Paraguai e Paraná e seus afluentes, os quais constituem a Bacia do Rio da Prata e desaguam no Oceano Atlântico. As nações cortadas por esses rios são Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia (CERVO e RAPOPORT, 1998). Embora a bacia abranja esses cinco países, foi nos quatro primeiros, sobretudo, que a ligação pelos rios organizou uma rota de colonização e comércio que, por um lado, aproximou socialmente e culturalmente essas nações e, por outro, produziu os principais conflitos bélicos e diplomáticos da região. Nessa trajetória histórica de aproximações e conflitos, desenhou-se, também, a situação linguística da fronteira platina, que se caracteriza, hoje, pela presença majoritária das línguas portuguesa, espanhola e guarani, ao lado de línguas minoritárias vinculadas a comunidades imigrantes, como podemos depreender da leitura de Sturza (2004).

Outra delimitação que operamos, neste artigo, consiste no interesse especial pela situação do espanhol, do português e do guarani, pelo fato de, no contexto da integração regional, as ações linguísticas do Mercosul envolverem especialmente essas três línguas, designadas como as línguas representativas do bloco, conforme estabelecem o Tratado de Assunção (1991), o Protocolo de Ouro Preto (1994) e a 31ª Reunião do Conselho do Mercado Comum (2006). Atualmente, tais línguas vêm sendo reposicionadas da condição de línguas estrangeiras para a de línguas de integração e participação regional no Mercosul (HAMEL, 2003). Nesse contexto, interessa conhecer de que modo esse reposicionamento está sendo conduzido nas ações linguísticas que se desenvolvem nas áreas fronteiriças do bloco, bem como que sentidos políticos ele produz para as línguas envolvidas.

Assim, buscamos responder a duas frentes de questionamentos. A primeira indaga sobre quais são as características sócio-históricas da fronteira platina que justificam e organizam as atuais políticas e ações linguísticas em desenvolvimento nessa área. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica e a consulta a jornais publicados em cidades-gêmeas da fronteira platina. A segunda pretende conhecer quais políticas e ações são estas, bem como que sentidos elas projetam para as línguas portuguesa, espanhola e guarani. Para tanto, efetuamos uma pesquisa acerca dos principais documentos e ações do Mercosul voltados à gestão das línguas no bloco, especialmente nas suas fronteiras. A obtenção dos dados deu-se por meio do acesso aos sites oficiais do Mercosul e do Ministério da Educação do Brasil, bem como aos de projetos e instituições que desenvolvem ações linguísticas em áreas fronteiriças do bloco. Como a maioria das ações em desenvolvimento está vinculada a iniciativas educacionais, selecionamos três, uma para cada nível de ensino (fundamental, técnico e superior), que consideramos de relevância, por seu tempo de vigência, área de abrangência e público envolvido. Efetuamos, em seguida, a descrição das suas atividades, buscando interpretar os sentidos políticos que elas inscrevem às línguas com que trabalham.

Com isso, intencionamos prover um panorama geral sobre a política de línguas nas áreas fronteiriças do Mercosul, contribuindo para uma sistematização introdutória do conhecimento sobre o tema. Esse panorama, contudo, demanda aprofundamentos, uma vez que cada ação linguística em desenvolvimento e, até mesmo, cada ponto da fronteira platina possuem especificidades que merecem ser levadas em consideração. Outros estudos têm se

dedicado a elas, mas, pode-se dizer que ainda há muito por investigar em termos de fronteira platina e sua política de línguas.

## 1. A trajetória política das línguas na fronteira platina

As fronteiras geopolíticas são áreas estratégicas para um bloco de nações que visa à integração regional, como é caso do Mercosul. As políticas de integração (entre elas as linguísticas) em áreas de fronteira podem contribuir para a criação ou para o aprimoramento de relações positivas entre os cidadãos que vivem nessas áreas, bem como entre eles e os turistas, transportadores, vendedores e outros grupos sociais que cruzam com frequência os limites nacionais dos Estados contíguos. No Mercosul, porém, isso não é tarefa simples, se considerarmos as particularidades da trajetória histórica das suas áreas fronteiriças, cujos povos e línguas foram recorrentemente mobilizados para atender às determinações estatais de expansão e proteção de territórios.

Entre essas particularidades está o fato de que as fronteiras platinas não foram organizadas, desde os governos coloniais e nacionais, como locais de integração. Pode-se dizer que sua primeira significação para os colonizadores espanhóis e portugueses foi a de lugares de expansão territorial. Uma vez que os fluxos da colonização europeia na América do Sul se deram do litoral para o interior do continente, o que hoje constitui a fronteira platina foi, naquele período, um *continuum* a ser ocupado, ao máximo possível. Os movimentos de expansão fizeram com que os territórios platinos estivessem ora sob o domínio espanhol, ora sob o português, gerando o deslocamento dos povos que o habitavam, ao acompanharem ou fugirem da fixação das fronteiras. Isso significa que também as línguas desses povos em movimento (os quais eram constituídos, na maioria, por portugueses, espanhóis e guaranis) entraram em contato, se expandiram e se retraíram conforme as ondas de dominação do grande espaço colonial.

Já no período da consolidação dos Estados Nacionais platinos, ao longo do século XIX<sup>5</sup>, as áreas de fronteira passaram a ser disputadas (bélica ou pacificamente), delimitadas, reconhecidas e demarcadas (GARCIA, 2010). Assim, o anterior sentido de expansão foi substituído pelo de limite, de fim. As fronteiras nacionais se tornaram o fim do país, o lugar onde a nação acaba, a linha divisória que é difícil cruzar e da qual, de fato, grande parte da população dessas nações nunca se aproximará. As fronteiras platinas se inscreveram, a partir desse momento, em uma cultura de controle, isto é, voltada à proteção da soberania do país e relacionada à ideia de segurança, que as transformou em áreas militarizadas e fiscalizadas pelo Estado (ZAIOTTI, 2008). É representativo dessa perspectiva protecionista o dispositivo legal da Faixa de Fronteira, o qual, conforme resgata Abreu (2009), foi instituído no Brasil em 1850 e está em vigor até os dias de hoje, com alterações, colocando sob o controle do Conselho de Defesa Nacional práticas como a construção de pontes e estradas, a instalação de meios de comunicação e indústrias, além de restrições específicas a estrangeiros, em todos os municípios localizados a até 150 km da linha divisória internacional.

Além da presença militar e fiscal, outras estratégias foram mobilizadas para garantir a soberania nacional nessas áreas. Entre elas, está a fundação de povoamentos próximos à linha divisória, muitos dos quais acabaram constituindo o que hoje chamamos de cidades-gêmeas da fronteira (SCHÄFFER, 2002). Cidades-gêmeas são “localidades fronteiriças vinculadas”,

---

<sup>5</sup>Embora haja controvérsias sobre as datas de independência desses países, em geral, estipula-se: Argentina, 1810; Uruguai, entre 1810 e 1820; Paraguai, 1820; Brasil, 1822.

“cidades contíguas”, “adensamentos populacionais cortados pela linha divisória”, envolvendo cidades de países diferentes (BRASIL, 2009). O Brasil, por exemplo, possui 27 comunidades geminadas ao longo da sua fronteira internacional, das quais 18 se localizam em divisas geopolíticas com Argentina, Uruguai e Paraguai (BRASIL, 2009). No espírito de defesa nacional, essas cidades passaram a ser significadas como “a primeira linha da frente de batalha”, de onde se podia vigiar de perto as ações do “inimigo”. Por outro lado, as cidades-gêmeas platinas mantiveram entre si, historicamente, relações em nível local, sobretudo em termos de comércio legal e ilegal (COLVERO, 2004). Assim, a fronteira platina foi se caracterizando como um espaço de tensão, de convergências e divergências entre o nacional e o local (GRIMSON, 2003).

Atualmente, contudo, diante dos propósitos integradores do Mercosul, a fronteira vem recebendo outra significação, que não corresponde nem à de expansão, nem à de limite. Trata-se de inscrever à fronteira sentidos de encontro, de significá-la como um lugar em que economias e nações, mas também povos, culturas e línguas, entram em contato. Dessa perspectiva, as cidades fronteiriças deixam de ser periferias das nações para se tornarem as capitais, os centros do bloco (GRABENDORFF, 1994). Essa ressignificação resultou em investimentos na revitalização dessas áreas tradicionalmente secundárias nas políticas dos governos nacionais, as quais, em muitos pontos da região platina, apresentavam (e ainda apresentam) um desenvolvimento econômico e social inferior ao das áreas litorâneas ou dos centros urbanos dos países. Notícias sobre essa revitalização são encontradas em jornais locais da fronteira brasileira, que, como mostram os estudos de Muller (2005), costumam dar espaço às ações do Mercosul em suas páginas, assim como enfoque positivo ao bloco, o que a autora chama de “discurso integracionista”.

Um exemplo de como se constrói esse discurso integracionista em relação ao Mercosul está na notícia publicada em 13 de junho de 2010, pelo jornal *A Plateia*, da cidade de Santana do Livramento, no Brasil, fronteira com a cidade de Rivera, no Uruguai, que apresentamos a seguir (Figura 1):



Figura 1-Notícia sobre o Mercosul, veiculada no jornal *A Plateia*, em 13/06/2010. Fonte: arquivo do autor.

Intitulada “Millones de dolares disponibles para obras de integración en la frontera - El Mercosur es mucho más que un acuerdo comercial, apuesta muy fuerte al desarrollo de sus países miembros”, a notícia relata a visita do embaixador permanente do Brasil no Mercosul e Aladi (Associação Latino-Americana de Integração) à cidade de Rivera (Uruguai), durante a qual foi anunciada a disponibilidade de fundos para serem investidos na integração das áreas fronteiriças, como em projetos de urbanização e construção de vias de transporte. Segundo o texto, a justificativa do embaixador para tais investimentos é o entendimento de que o Mercosul é um bloco que vai além da questão comercial. A notícia faz a fronteira significar

como um local estratégico para a integração regional e, conseqüentemente, estratégico para o Mercosul, já que este “es mucho más” que um simples acordo comercial. Outro aspecto interessante dessa notícia é que ela está redigida em espanhol, apesar de fazer parte de um jornal brasileiro, devido ao fato de ter como público-alvo leitores da cidade de Rivera.

Com respeito à situação das línguas na fronteira platina, se, no período da expansão colonial, o português, o espanhol e o guarani conheceram uma grande mobilidade pela área, a partir da delimitação e demarcação dos territórios nacionais, essas línguas foram sendo gradativamente contidas e acomodadas em certos espaços geopolíticos e sociais. De todas as instituições que colaboraram para esse processo de contenção e acomodação das línguas, destacam-se os sistemas educativos, os quais alcançaram as áreas fronteiriças de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, geralmente, de forma tardia em comparação com as capitais e grandes cidades desses países. De todo modo, sua chegada a essas áreas periféricas foi decisiva na nacionalização da fronteira, já que as escolas primárias e secundárias foram, historicamente, guardiãs da ideia de nacionalidade nos países platinos (LLOMOVATE, 1994). Nesse contexto, o ensino e a presença das línguas espanhola, portuguesa e guarani no ambiente escolar fronteiriço foram controlados e organizados de modo a reforçar os sentidos de nacionalidade que a escola buscava difundir.

Um dos exemplos mais contundentes dessa mobilização das línguas em prol da nacionalidade, na região platina, foi o combate acirrado que as escolas uruguaias instituíram aos Dialectos Portugueses do Uruguai (DPUs), falados na fronteira Norte do país, os quais eram herança dos seus primeiros povoadores, os portugueses, e da grande presença de brasileiros vivendo e circulando nessa área (BROVETTO, 2010). Segundo a autora, ainda em 1877, o português fronteiriço era o principal alvo da lei que consagrava o espanhol como língua de ensino em todo o território nacional uruguaio, em um sistema obrigatório e gratuito, e voltou a sê-lo durante a ditadura militar (1973-1985), quando o governo nacional implantou três campanhas idiomáticas, uma de combate ao português, outra de defesa do espanhol-padrão e outra de alfabetização. Outro exemplo é o da fronteira argentina, onde o português e o guarani também foram proibidos no ambiente escolar, por serem considerados antipatrióticos ou más influências ao aprendizado da língua espanhola, segundo relato de Lipski, em artigo intitulado *Contactos lingüísticos hispano-portugueses en Misiones*, publicado em sua página pessoal na internet.

Nas escolas paraguaias, incluindo as de áreas fronteiriças, desde 1994, o guarani e o espanhol convivem em um sistema bilíngüe de ensino (ZAJÍKOVÁ, 2009). Apesar de os contatos comerciais e de trabalho terem feito com que, segundo Thun *et al* (2002), o conhecimento do português entre os paraguaios ultrapassasse a zona fronteiriça com o Brasil chegando até o Chaco e muitos pontos do Departamento Central, a língua portuguesa vive, atualmente, um conflito com a guarani e a espanhola na zona de fronteira, relacionado ao poder econômico e político de produtores rurais brasileiros que cultivam terras paraguaias nessa área (ALBUQUERQUE, 2009). Nessa situação conflituosa, o português figura como invasor, enquanto ao guarani e ao espanhol são atribuídos significados de língua do povo, da nação paraguaia, de modo que a aceitação de descendentes de brasileiros no país passa pelo bom domínio das suas duas línguas nacionais, segundo o autor (2006).

No lado brasileiro dessas áreas fronteiriças, identificamos, hoje, um momento em que o português é a língua predominante e se projeta sobre as linhas divisórias. Na fronteira com a Argentina e o Uruguai, a nacionalização por meio da língua portuguesa ganhou impulso com as “brizoletas”, escolas rurais construídas entre os anos de 1959 e 1963 por Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, com a intenção de erradicar o analfabetismo no estado (QUADROS, 2001). Nas áreas limítrofes tanto da Argentina como do Paraguai, a forte e antiga presença dos meios de comunicação brasileiros na fronteira, especialmente do rádio e da televisão, têm servido como barreira ao espanhol, por um lado, e como fator de projeção da língua

portuguesa para além das linhas internacionais, por outro, como identificam estudos de Lipski (citado acima), Rosa (2005), Weber (2013) e Albuquerque (2009). Essa projeção envolve significados de poder decorrentes do próprio crescimento econômico brasileiro e de sua expansão na área.

Assim, apesar de os contatos comerciais e sociais terem historicamente existido nas áreas fronteiriças platinas, fazendo com que as línguas portuguesa, espanhola e guarani circulassem pelos dois lados da linha divisória e entrassem em contato, essas e outras diretivas governamentais, bem como as conjunturas econômicas e sociais de cada período, afetaram a frequência e o modo de relação da população fronteiriça com suas línguas. Esses fatores colaboraram para a distribuição política (GUIMARÃES, 2005) dessas línguas, tanto em uma escala geográfica quanto em uma escala social, na qual elas recebem significações variadas, como nacionais, estrangeiras, indígenas, fronteiriças, locais, etc. Segundo estudos de Sturza (2006), na fronteira platina, as línguas espanhola e portuguesa são distribuídas politicamente, sobretudo, como elementos de identificação da nacionalidade de cada falante no espaço de enunciação fronteiriço. E essa mesma condição, em nosso entendimento, pode ser estendida ao guarani.

Assim, é nesse contexto social e linguístico que se desenvolvem as atuais ações do Mercosul para as áreas de fronteira. Se, por um lado, essas ações se incorporam a um processo mais amplo e positivo de revitalização das áreas fronteiriças, por outro, se deparam com uma situação de contato linguístico marcada por fortes divisões políticas para as línguas, as quais foram historicamente reforçadas pelos sistemas educativos locais. No tópico seguinte, discutiremos de que modo o Mercosul vem organizando tais ações linguísticas no âmbito educacional, nas fronteiras nacionais, e que significações políticas as fundamentam.

## **2. Os sentidos políticos das línguas nas ações educacionais fronteiriças do Mercosul**

Podemos encontrar a primeira referência às línguas do Mercosul no Tratado de Assunção, que, em 1991, estabeleceu as bases de funcionamento do bloco. Nele, ficou estabelecido que “Los idiomas oficiales del Mercado Común *serán* el español y el portugués y la versión oficial de los documentos de trabajo será la del idioma del país sede de cada reunión” (grifo nosso). Essa previsão foi retificada pelo Protocolo de Ouro Preto, em 1994, quando, em um texto idêntico, a palavra *serán* (tempo futuro) foi substituída por *son* (tempo presente). Essas primeiras formulações deram às línguas, segundo Contursi, em artigo não datado publicado no site *Linguasur - Legislación y políticas lingüísticas*, um tratamento instrumental, em que o espanhol e o português foram declarados idiomas oficiais somente para efeitos de publicação dos documentos produzidos nas instâncias de trabalho do Mercosul.

Ainda em 1991, os Ministros da Educação dos países-membro assinaram um Protocolo de Intenções, em que declararam “El interés de difundir el aprendizaje de los idiomas oficiales del MERCOSUR- español y portugués - a través de los Sistemas Educativos; formales, no formales e informales”. A decisão de incorporar o campo educativo ao projeto de regionalização abriu a possibilidade de que o espanhol e o português se difundissem no bloco por meio do ensino de línguas, porém, conforme Narvaja de Arnoux (2012), durante a década de 1990, isso não aconteceu, tendo sido observado, ao contrário, um avanço real do inglês nesses países. A autora entende que a negligência dos governos nacionais platinos em implantar as políticas linguísticas definidas no Mercosul pode ter sido fortalecida pelas

negociações em andamento nessa época, que pretendiam aderir a região à Alca (Área de Livre Comércio das Américas)<sup>6</sup>.

Conforme Contursi, no mesmo artigo anteriormente citado, a partir da segunda década de vigência do Tratado de Assunção, quando o Mercosul substituiu o modelo de regionalismo aberto (simples uniões aduaneiras) pelo estratégico (constituição de um mercado comum), as línguas espanhola e portuguesa entraram em cena como articuladoras da integração, logrando avanços na política de línguas do bloco:

En esta segunda década del MERCOSUR, si bien a los fines prácticos las lenguas oficiales continúan siendo consideradas “extranjeras”, se fue colocando como tema de debate el problema de las “variedades locales” y la necesidad de su protección a través de la difusión, la enseñanza y las certificaciones propias.

Em 1997, foi criado o Grupo de Trabalho de Políticas Linguísticas (GTPL), vinculado ao Setor Educacional do Mercosul (SAVEDRA, 2009). Em 2011, ele foi substituído pelo Comitê Assessor de Políticas Linguísticas (CAPL), a partir do entendimento do Setor de que as políticas linguísticas, no âmbito do bloco, apresentam questões relevantes em todos os níveis do sistema educacional, de modo que o CAPL prestaria assessoramento às políticas linguísticas a serem desenvolvidas no sistema educacional, em articulação com as Comissões de Área (Educação Básica, Educação Tecnológica e Educação Superior) e com os grupos de trabalho, como o de formação de docentes de Português e Espanhol e o de Escolas de Fronteira (STURZA, 2013).

Dessa perspectiva, algumas ações linguísticas foram implementadas pelo Mercosul na área educacional. Dentre elas, destaca-se o acordo de ensino de espanhol e português na educação escolar de Brasil e Argentina. Trata-se da lei nº 26.468/2008, promulgada pela Argentina, que estabelece que o português deve ter oferta obrigatória em todas as escolas argentinas de nível secundário e, a partir do nível primário, nas instituições de províncias fronteiriças com o Brasil; e da lei nº 11.161/2005, promulgada pelo Brasil, que determina que o espanhol deve figurar como língua de oferta obrigatória no ensino médio do país.

Também constituem ações importantes de âmbito nacional o curso de Formação de professores argentinos em Português-Língua Estrangeira, desenvolvido pelo Instituto de Políticas Linguísticas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Brasil, e de professores brasileiros em Espanhol-Língua Estrangeira, pelo Instituto Lenguas Vivas, na Argentina, bem como o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CelpeBras), fornecido pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil, e o Certificado Español Lengua y Uso (Celu), elaborado pelo Ministerio de Ciencia e Tecnología da Argentina (THOMAZ, 2010).

Assim, foi a partir da segunda década de funcionamento do bloco, sobretudo, que as línguas oficiais do Mercosul passaram a ser mobilizadas mais decisivamente para a integração regional. Nesse momento, inicia-se uma resignificação do português como língua do Brasil e do espanhol como língua do Uruguai, da Argentina e do Paraguai, isto é, passa-se a ter em consideração as variedades linguísticas faladas nesses países como elementos identitários de cada nação, no bloco. Elas são línguas do Mercosul porque são línguas oficiais e nacionais das nações que o integram. As línguas espanhola e portuguesa funcionam, assim, nos sistemas de ensino, na certificação e na formação de professores, como línguas estrangeiras, pois são

---

<sup>6</sup>A Alca foi um projeto dos Estados Unidos que propunha eliminar as barreiras alfandegárias entre os países americanos.

línguas de outro país, ainda que vizinho e integrante do Mercosul. Ao designá-las como línguas estrangeiras, por sua vez, produz-se um pressuposto de que elas são desconhecidas, ausentes em um país, enquanto são conhecidas e presentes em outro.

Essa não é, porém, a significação que as línguas espanhola e portuguesa adquirem na política de línguas das áreas de fronteira do Mercosul, sobretudo quando enfocamos um projeto em especial: o Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira (PEIBF). Ele iniciou em 2005, a partir de um Acordo Bilateral Brasil-Argentina, ao qual, em 2009, agregaram-se Uruguai, Paraguai e Venezuela. Basicamente, sua proposta consiste na realização de um intercâmbio entre docentes brasileiros (lusofalantes) e uruguaios, argentinos, paraguaios e venezuelanos (hispanofalantes), os quais, duas vezes por semana, “trocam de escola” e ministram aulas em sua língua nacional. Ressalta-se que não se trata de aulas *de* língua portuguesa ou espanhola, mas do ensino de outros conteúdos escolares *em* língua espanhola ou portuguesa (THOMAZ, 2010). Esse projeto é coordenado diretamente pelo Mercosul, a partir do Grupo de Trabalho Escola de Fronteira, como podemos constatar por meio do acesso ao site oficial do Mercosul Educacional.

Como bem identificou Thomaz (2010), nesse projeto, espanhol e português funcionam como segunda-língua, isto é, não se inscrevem como línguas estrangeiras, mas como línguas presentes no cotidiano das populações locais. Entende-se que o aluno conhece a língua portuguesa ou espanhola de algum modo: por ser falada na família, por compor algum dialeto, por estar presente nas relações comerciais, nos meios de comunicação ou, mesmo, pela inserção em uma cultura local em que há intercâmbios entre as duas línguas. Esse pressuposto se assenta, justamente, nos contatos econômicos, sociais e culturais que marcaram a história de formação da fronteira platina, como assinalado anteriormente. Ao mesmo tempo, as práticas educacionais são facilitadas pela proximidade geográfica e pelas rotas de transporte presentes nessas localidades, especialmente nas cidades-gêmeas fronteiriças.

O PEIBF envolve as séries iniciais do ensino fundamental e, em 2009, já funcionava em 24 escolas de 20 cidades-gêmeas: Paracaíma/Santa Helena de Uairén (BR-VE); Ponta Porã/Pedro Juan Caballero (BR/PY), Foz do Iguaçu/Puerto Iguazú (BR/AR), Dionísio Cerqueira/ Bernardo Irigoyen (BR/AR), São Borja/Santo Tomé (BR/AR), Itaqui/Alvear (BR/AR), Itaqui/La Cruz (BR/AR), Uruguaiana/Paso de los Libres (BR/UY), Jaguarão/ Rio Branco (BR/UY), Chuí/Chuy (BR/UY) (THOMAZ, 2010). Segundo Pereira (2014), em 2011, 14 escolas pelo lado brasileiro e outras 14 nas cidades-gêmeas correspondentes participavam do programa e, em 2013, pelo lado brasileiro, eram 11 escolas. No mapa seguinte (Figura 2), é possível localizar, em meio a outras, as cidades-gêmeas da fronteira platina nas quais o projeto foi desenvolvido:

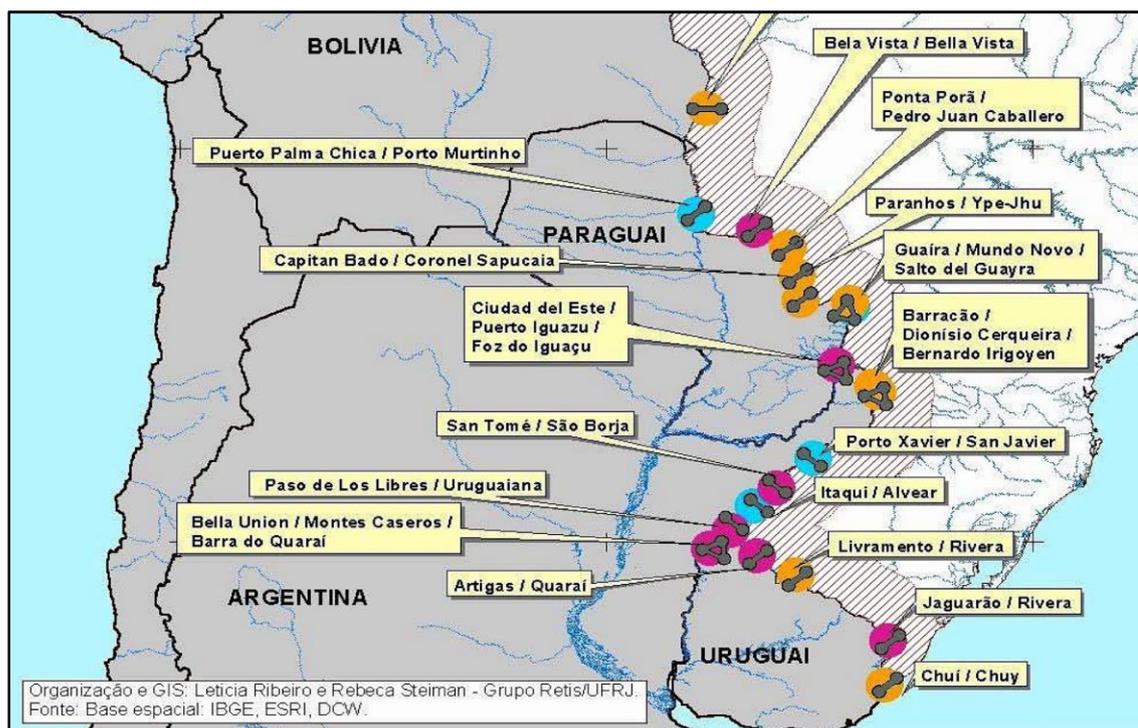


Figura 2- Mapa das cidades-gêmeas da fronteira platina. Fonte: Grupo Retis/UFRJ.

Outra importante ação linguística na área educacional, nesse caso voltada ao ensino técnico, desenvolve-se nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera, na fronteira Brasil-Uruguai. Conforme explica o site oficial do Ministério da Educação do Brasil, ela consiste na oferta de 50% das vagas do Curso Técnico Binacional em Informática para Internet, em Santana do Livramento, no instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL), para estudantes uruguaios fronteiriços, tendo como contrapartida a oferta de 50% das vagas para estudantes brasileiros fronteiriços no Curso Técnico Binacional em Controle Ambiental, da Universidade do Trabalho do Uruguai (UTU), em Rivera. Essa proposta está em funcionamento desde 2011 e tem origem em um projeto denominado Escolas Técnicas de Fronteira, vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação do Brasil, que tem como meta desenvolver atividades similares nos demais pontos fronteiriços brasileiros.

Nesse caso, as aulas são ministradas na língua oficial do país em que o curso está sediado, ou seja, espanhol no Uruguai e português no Brasil. As vagas, porém, são direcionadas apenas a estudantes moradores da cidade-gêmea correspondente, portanto, a estudantes que teriam conhecimento das línguas portuguesa e espanhola como primeira ou segunda, em razão do contato sociocultural vivenciado nas áreas fronteiriças. Assim, nessa ação linguística, português e espanhol são significados como segunda-língua, à semelhança do que ocorre no PEIBF.

Já no ensino superior, uma ação relevante em funcionamento atualmente consiste na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). A UNILA é uma universidade pública federal brasileira, com a particularidade de que a lei que a instituiu, a lei nº 12.189/2010, delimita sua vocação e abrangência. Estas consistem na América Latina, mas com especial ênfase no Mercosul e nas áreas fronteiriças, como podemos concluir a partir da leitura dos §1º e 2º, do Art. 2, da Lei:

§ 1<sup>o</sup> A Unila caracterizará sua atuação nas regiões de fronteira, com vocação para o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina.

§ 2<sup>o</sup> Os cursos ministrados na Unila serão, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do Mercosul, com ênfase em temas envolvendo exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e linguísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais (Brasil/Lei 12.189/2010).

Em consonância com essa proposta, a UNILA está sediada na cidade de Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. Trata-se de um dos mais importantes pontos fronteiriços do Mercosul, totalizando uma população estimada em 700 mil habitantes, nas três cidades geminadas que o compõem: Foz do Iguaçu (BR), Puerto Iguazú (AR) e Ciudad del Este (PY), conforme dados publicados no próprio site oficial da instituição. A meta da UNILA é garantir proporcionalidade entre professores e alunos brasileiros (50%) e provenientes dos demais países latino-americanos (50%).

Nessa mesma lei de criação da UNILA, delinea-se uma política de línguas para a instituição, a qual está orientada ao português e ao espanhol, já que os processos seletivos tanto de alunos como de professores deverão transcorrer nessas duas línguas. No site oficial da universidade, explica-se que “na UNILA, tanto o espanhol quanto o português são idiomas oficiais. Portanto, o professor normalmente ministra a aula em seu idioma materno. Porém, o aluno pode optar por fazer as provas em seu próprio idioma”. Apesar de situada em área de fronteira e de ter nas questões transfronteiriças uma vocação, a política de línguas da UNILA já não envolve apenas um público docente e estudantil fronteiriço, à semelhança dos dois casos anteriores. Ou melhor, a noção de fronteira aqui presente é mais ampla, abrangendo a ideia de contato entre nações e a de relações internacionais na América Latina. Nesse caso, português e espanhol adquirem sentidos de línguas próximas não pelo contato fronteiriço relacionado ao entorno da linha divisória, mas pela proximidade discursiva entre as duas línguas, que envolve uma origem latina comum, sua semelhança formal, sua trajetória histórica na formação dos países do Rio da Prata e, mesmo, da América Latina (FANJUL, 2002).

Apesar de as línguas reconhecidas pela UNILA serem o espanhol e o português, encontramos a presença, ainda que modesta, da língua guarani na instituição, mas, nesse caso, significada como língua de cultura e história. Ela está presente nas disciplinas “Terceira margem: guarani I, II e III”, que tratam de aspectos linguísticos e culturais do universo guarani e são obrigatórias aos alunos do curso de Letras, Artes e Mediação Cultural, desde 2012, conforme mostra o site oficial da universidade. Também, um projeto de extensão da UNILA intitulado “Culturas guaranis: aspectos socioculturais, diversidade linguística e transmissão de saberes” oferece aulas da língua à comunidade universitária e regional. A inserção dessa língua no espaço da Universidade significa a própria condição do guarani no espaço do Mercosul: ao mesmo tempo em que a língua vem adquirindo maior reconhecimento, ela permanece em uma situação de desequilíbrio em relação ao espanhol e ao português. Esse desequilíbrio começa na própria significação dessas três línguas nos documentos do bloco, já que português e espanhol são designados como idiomas oficiais e de trabalho<sup>7</sup>, desde 1991,

---

<sup>7</sup>Entendemos, em consonância com Narvaja de Arnoux (2011) que, em processos de integração regional, línguas oficiais se relacionam a decisões políticas tendentes ao reconhecimento de alguns ou de todos os países integrantes; e línguas de trabalho são aquelas que se resolvem nas práticas.

enquanto o guarani, apenas desde 2006, figura como “uno de los idiomas del Mercosur”, mas sem ser oficial ou de trabalho, tal qual podemos visualizar no trecho seguinte:

EL CONSEJO DEL MERCADO COMÚN DECIDE

Art. 1 – Incorporar el Guaraní como uno de los idiomas del MERCOSUR;

Art. 2 – Los idiomas de trabajo en el MERCOSUR serán los idiomas oficiales establecidos en el Artículo 46 del Protocolo de Ouro Preto.  
(MERCOSUR/CMC/DEC. N. 35/06)

De todo modo, o reconhecimento do guarani como língua do Mercosul parece estar contribuindo para a ampliação de sua visibilidade regional. O próprio CAPL, em 2011, determinou a tradução para o guarani do plano operativo elaborado na X Reunião do GTPL, ocorrida em 2010, assim como estabeleceu como estratégia a realização de um seminário de atualização para formadores de docentes de espanhol, de português e, também, de guarani. No mesmo sentido, o plano de trabalho do Comitê para 2011-2015, ainda que sem mencionar diretamente o guarani, centra sua proposta na ideia de diversidade linguística e cultural no âmbito educacional.

Desse modo, vemos que, na política de línguas do Mercosul, o guarani foi frequentemente marginalizado em favor da centralidade das línguas portuguesa e espanhola. Ao contrário das duas anteriores, a língua guarani não significa nas ações linguísticas do bloco, por enquanto, nem uma língua estrangeira, nem uma segunda língua. Seu reconhecimento como “uno de los idiomas del Mercosur”, sem mencionar uma finalidade pragmática (oficial/de trabalho) faz a língua significar por meio de sua importância histórica e cultural para a região. A ideia do guarani como uma língua da cultura local já havia sido pautada no âmbito do Mercosul, em 1995, quando ele foi designado como “idioma histórico” (ZAJÍKOVÁ, 2009).

Dessa perspectiva, o guarani seria uma língua de integração regional por ter sido a língua falada na região do Mercosul até a consolidação do processo colonizador. Mesmo depois da delimitação das fronteiras coloniais e nacionais, o guarani continuou sendo usado no Brasil, Argentina e Paraguai, em diferentes dialetos, dos quais o mais conhecido e numeroso hoje é o chamado guarani paraguaio (MELIÀ, 2008). No entanto, mostra o autor, a língua foi sendo “empurrada” para as regiões fronteiriças desses países, fazendo com que as diversas comunidades guarani fossem separadas pelas linhas divisórias internacionais. O guarani tem, por isso, na história da região platina, sentidos transfronteiriços, que coadunam com a proposta de integração regional para as quais as línguas vêm sendo mobilizadas no Mercosul.

Assim, resumidamente, vemos que as fronteiras nacionais vêm recebendo um impulso do Mercosul, com ações sociais voltadas a um ideal de integração. Entre essas ações estão as relacionadas à aproximação cultural e linguística, cujos projetos estão inseridos especialmente nos sistemas educacionais, nos seus vários níveis de ensino. Grande parte deles funciona em cidades-gêmeas da fronteira, que por sua ligação estrutural e cultural são propícias ao desenvolvimento de propostas integradoras. Nessas ações linguístico-educacionais em funcionamento nas áreas de fronteira, as línguas portuguesa e espanhola adquirem sentidos de segunda-língua ou de línguas próximas, ao entender-se que elas são de conhecimento do público envolvido, devido ao contato que tais línguas mantêm nas áreas de fronteira, bem como à proximidade histórica, cultural e formal que elas possuem na região platina. Já a língua guarani ainda tem uma presença incipiente nessas ações, funcionando como uma língua de cultura e história.

## Considerações finais

Apesar do avanço que vêm logrando nos últimos anos, as ações linguísticas voltadas à integração regional no Mercosul, sejam elas para as nações ou para as áreas de fronteira, deparam-se com uma dificuldade já identificada por Narvaja de Arnoux (2012): a necessidade de que o ensino e o contato entre línguas sejam amparados por um discurso positivo sobre a integração regional, bem como por políticas de difusão cultural para as línguas portuguesa, espanhola e guarani. A ausência ou a incipiência desses discursos e políticas produz desinteresse em relação ao aprendizado das línguas do bloco, uma vez que, na região platina, o inglês ainda figura como alternativa mais interessante, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural. Também produz resistência à introdução e ao desenvolvimento de propostas interculturais bilíngues por alunos e professores acostumados à organização monolíngue dos sistemas educativos nacionais.

Nesse sentido, os meios de comunicação social seriam instituições relevantes para a promoção da integração regional, por meio da criação de um sentido unidade, que significa os moradores do país vizinho não como estrangeiros, mas como membros da mesma região (GRABENDORFF, 1994). Simultaneamente, contribuiriam para a construção de um imaginário social em que as línguas dos países vizinhos também significassem como regionais, vinculadas a um espaço econômico, social e cultural específico e a um propósito integrador. Dessa perspectiva, os meios de comunicação poderiam ser eficientes operadores da atual política linguística do Mercosul voltada à integração regional, promovendo a difusão e a valorização das línguas do bloco, mediante a veiculação de produções midiáticas nessas línguas. No entanto, até o momento, de fato, o Mercosul não avançou muito nesse caminho, sendo ainda pequenas as iniciativas que envolvem a circulação de produtos midiáticos nas línguas portuguesa, espanhola e guarani entre seus países.

Nas áreas de fronteira, encontramos um maior intercâmbio de produtos midiáticos entre os dois lados da linha divisória, sobretudo relacionados à captação de sinais de rádio e televisão do país limítrofe e à circulação de jornais impressos. Neles, espanhol e português se distribuem e se mesclam de diversos modos. Diante disso, seria relevante estudar que política de línguas produzem os meios de comunicação fronteiriços e em que medida ela converge ou diverge da política desenvolvida pelos projetos educacionais em funcionamento nessa área. Isto é, se também na mídia local, as línguas portuguesa, espanhola e guarani são significadas como línguas próximas, segundas e históricas, tal qual ocorre no PEIBF, no Projeto Escolas Técnicas e na UNILA.

### **Language and Borders Policy in Mercosul: New meanings to Spanish, Portuguese and Guaraní**

**ABSTRACT:** The objective of this study is identifying and discussing the political meanings inscribed to the Portuguese, Spanish and Guaraní languages by educational actions in border areas of Mercosul, from the perspective of the language policy (ORLANDI, 2002). In this regard, it analyzes the participation of these languages in the educational proposals of the *Escolas Bilingües de Fronteira*, *Ensino Técnico Binacional* and *UNILA*. In those, the Portuguese and Spanish languages acquire meanings of a second language and/or nearing languages, because the involved public knows them, while the Guaraní has an incipient presence, working as a language of culture and history.

Key-words: language policy; borders; Mercosul.

## Referências bibliográficas.

ABREU, G. Modelo brasileiro de faixa de fronteira: um imperativo estratégico a ser mantido ou uma concepção ultrapassada? *A defesa nacional - revista de assuntos militares e problemas brasileiros*, n. 815, p. 31-42, set/out/nov/dez, 2009.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. As línguas nacionais na fronteira Paraguai-Brasil. In: II Seminário internacional: fronteiras étnico-culturais e fronteiras da exclusão, 2006, Campo Grande. *Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI)*, 2006. Disponível em: [www.neppi.org/gera\\_anexo.php?id=483](http://www.neppi.org/gera_anexo.php?id=483). Acesso em: 21 mar. 2012.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. *Cadernos CERU* [online]. Vol.19, n.1, p. 49-63, 2008. Disponível em: [http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1413-5192008000100004&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1413-5192008000100004&script=sci_arttext). Acesso em: 29 abr. 2011.

BROVETTO, Cláudia. Educación bilingüe de frontera y políticas lingüísticas en Uruguay. *Revista Pro-posições*. Dossiê Educação fronteira Brasil/Uruguay, línguas e sujeitos. Faculdade de Educação da Unicamp, v. 21, n 63, p. 25-44, set/dez, 2010.

CERVO, Amado Luis; RAPOPORT, Mario. *História do Conesul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UNB, 1998.

COLVERO, Ronaldo. *Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

CONTURSI, María Eugenia. Legislación político-lingüística del MERCOSUR: avances y dilaciones a casi dos décadas del Tratado de Asunción. In: *Linguasur* [20--]. Disponível em: <http://www.linguasur.org.ar/panel/archivos/87aad16214a9baff4d20c2fdd25e7e6ccontursi.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2012.

FANJUL, Adrián Pablo. *Português-Espanhol: línguas próximas sob o olhar discursivo*. São Carlos: Claraluz, 2002.

GARCIA, Fernando Cacciatore. *Fronteira iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

GRABENDORFF, Wolf. A integração da América Latina na perspectiva europeia. In: PLÁ, Juan Algorta (org). *O Mercosul e a comunidade europeia: uma abordagem comparativa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p.122-136.

GRIMSON, Alejandro. La producción mediática de nacionalidad en la frontera: un estudio de caso en Posadas (Argentina)-Encarnación (Paraguay). In: *MOST: Mercosur: espacios de interacción, espacios de integración*, nº 26. 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/most/grimson.htm#parana>. Acesso em: 17 abr. 2010

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.

HAMEL, Rainer Enrique. Las políticas lingüísticas en el Mercosur: ¿una barrera frente a la globalización del inglés? Tradução de “Regional blocs as a barrier against English hegemony? The language policy of Mercosur in South America”. In: *Languages in a Globalising World*. Maurais, Jacques & Morris, Michael A. (eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 111-142. Disponível em: <http://www.hamel.com.mx/Archivos-PDF/Work%20in%20Progress/2003%20Mercosur.pdf>. Acesso em 25 mar. 2013.

LIPSKI, John. *Contactos lingüísticos hispano-portugueses en Misiones, Argentina*. Disponível em: <http://www.personal.psu.edu/faculty/j/m/jml34/Misiones.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2012.

LLOMOVATE, Silvia. Aspectos educativos del mercado de trabajo. In: PLÁ, Juan Algorta (org). *O Mercosul e a comunidade europeia: uma abordagem comparativa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p.122-136.

MELIÀ, Bartolomeu; AZEVEDO, Marta; BRAND, Antonio; HECK, Egon; PEREIRA, Levi Marques. *Caderno Guarani Retã*, 2008. Disponível em <http://www.neppi.org/>. Acesso em: 24 mar. 2012.

MULLER, Karla. Espaços conturbados de fronteiras nacionais: “leituras” de jornais locais. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, nº 13, p. 1-16, julho/dezembro, 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/4209>. Acesso em: 14 set. 2011.

NARVAJA DE ARNOUX, Elvira. Desde Iguazú: mirada glotopolítica sobre la integración regional. In: FANJUL, Adrián Pablo (ORGS); CASTELA, Greice da Silva. *Língua, políticas e ensino na integração regional*. Cascavel: Assoeste, 2011.

NARVAJA DE ARNOUX, Elvira. [Entrevista disponibilizada em 10 de setembro de 2012, pelo Jornal Página12, Argentina]. *Lo lingüístico es fundamental para la integración regional*. 2012. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-203013-2012-09-10.html>. Acesso em: 28 out. 2012.

ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Stella Maris Meira da Veiga. *Programa de Escolas Interculturais Bilingües de Fronteira: integração e identidade fronteiriça*. Tese (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

QUADROS, C. Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). *TEIAS*. Rio de Janeiro, ano 2, nº 3, jan/jun 2001. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=56&path%5B%5D=58>. Acesso em 22 out. 2011.

ROSA, Carlos. *Misiones y sus radios: aportes para el debate de una política comunicacional*. Apunte de cátedra. Carrera de Comunicación Social, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Misiones – UNM, 2005. Disponível em: <http://www.encyclopediademisiones.com/data/rtf/soci/sociACT5742.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2012.

SAVEDRA, Mônica. O português no Mercosul. *Cadernos de Letras da UFF-Dossiê Difusão da Língua Portuguesa*, nº 39, p. 175-184, 2009.

SCHÄFFER, Neiva Otero. A especificidade funcional da urbanização na fronteira meridional do estado. In: RECZIEGEL, A.L.S; FÉLIX, L.O. *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002.

STURZA, Eliana. Fronteiras e práticas linguísticas: um olhar sobre o portunhol. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana – RILI*. II 1 (3), p. 151-160, 2004.

STURZA, Eliana. *Línguas de fronteiras e política de línguas: uma história das idéias linguísticas*. 2006. 168f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

STURZA, Eliana. *Comitê Assessor de Políticas Linguísticas: o Português no contexto do MERCOSUL*. Segunda Conferência de Língua Portuguesa. Disponível em [http://www.conferencialp.org/files/eliana\\_comite.pdf](http://www.conferencialp.org/files/eliana_comite.pdf). Acesso em: 10 mar. 2015.

THOMAZ, Karina. A política linguística do projeto escolas interculturais bilíngües de fronteira do Mercosul: ensino de segunda língua para as áreas fronteiriças. *Revista Línguas & Letras*, vol. 11 – nº 21, 2010.

THUN, Harald; JACQUET, María Gloria Pereira; HARDER, Andreas, MACHUCA, Martín Ramírez; PEEMÖLLER, Johanne. *Atlas linguístico guaraní-románico*. Sociología. Tomo I-Comentarios. Kiel: Westensee-Verl, 2002.

WEBER, Andréa. *Política de línguas e mídia no Mercosul: um estudo enunciativo de jornais de fronteira*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2013.

ZAIOTTI, Ruben. *Cultures of border control: Schengen and the Evolution of European Frontiers*. Chicago: University of Chicago Press, 2008. Disponível em: <http://site.ebrary.com/id/10462231?ppg=14>. Acesso em: 15 jun. 2013.

ZAJÍCOVÁ, Lenka. *El bilingüismo paraguayo*. Madrid: Iberoamericana, 2009.

### Referências documentais.

ARGENTINA. Lei nº 26.468, de 17 de dezembro de 2008. *Establécese que todas las escuelas secundarias del sistema educativo nacional, incluirán en forma obligatoria una propuesta curricular para la enseñanza del idioma portugués como lengua extranjera, en cumplimiento de la Ley nº 25.181*. Disponível em: <http://www1.hcdn.gov.ar/dependencias/educacion/leyes/26468.html>. Acesso em: 18 jul. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.161, de 05 de agosto de 2005. *Dispõe sobre o ensino da língua espanhola*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm). Acesso em: 18 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. *Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA e dá outras providências*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm). Acesso em: 18 de jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MIN). Secretaria de Programas. *Cartilha do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDF, 2009*. Disponível em [http://www.mi.gov.br/programasregionais/publicacoes/faixa\\_de\\_frenteira.asp](http://www.mi.gov.br/programasregionais/publicacoes/faixa_de_frenteira.asp). Acesso em 22 jun. 2010.

MERCOSUR. *Tratado de Asunción*, 1991. Disponível em: [http://www.mercosur.int/t\\_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=387&site=1&channel=secretaria](http://www.mercosur.int/t_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=387&site=1&channel=secretaria). Acesso em: 15 mai. 2011.

MERCOSUR. *Protocolo de Ouro Preto*, 1994. Disponível em: [http://www.mercosur.int/t\\_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=387&site=1&channel=secretaria](http://www.mercosur.int/t_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=387&site=1&channel=secretaria). Acesso em: 15 mai. 2011.

MERCOSUR. SETOR EDUCATIVO. *Protocolo de intenciones de los ministros de Educación*, 1991. Disponível em: <http://repositorio.educacion.gov.ar:8080/dspace/handle/123456789/66160>. Acesso em: 12 dez. 2011.

MERCOSUR. CONSEJO DEL MERCADO COMÚN. DECISIÓN n°. 35/06. *XXXI Reunión del Consejo del Mercado Común*, 2006. Disponível em: [http://www.mercosur.int/innovaportal/v/1039/1/secretaria/decis%C3%B5es\\_2006](http://www.mercosur.int/innovaportal/v/1039/1/secretaria/decis%C3%B5es_2006) Acesso em: 06 abr. 2012.

MERCOSUL. CONSEJO DEL MERCADO COMÚN. DECISIÓN n° 20/11. *Plano de ação do Setor Educacional do Mercosul 2011-2015*, 2011. Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br/pt/.../doc...> Acesso em: 25 jun. 2013.

MERCOSUR. REUNIÃO DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO. COMITÊ COORDENADOR REGIONAL. GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS. ACTA 01/10. *X Reunião do Grupo de Trabalho de Políticas Linguísticas-GTPL*, 2010. Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br/pt/.../doc...> Acesso em: 01 nov. 2012.

MERCOSUR. REUNIÃO DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO. COMITÊ COORDENADOR REGIONAL. GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS. ACTA 01/11. *XI Reunião do Grupo de Trabalho de Políticas Linguísticas - GTPL*, 2011. Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br/pt/.../doc...> Acesso em: 01 nov. 2012.

MERCOSUR. REUNIÃO DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO. COMITÊ COORDENADOR REGIONAL. GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS. ACTA 02/2011. *XII Reunião do Grupo de Trabalho de Políticas Linguísticas-GTPL*, 2011. Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br/pt/.../doc...> Acesso em: 01 nov. 2012.

### **Referências institucionais.**

MERCADO COMUM DO SUL-MERCOSUL (site oficial). Disponível em: [www.mercosur.int](http://www.mercosur.int). Acesso em: 15 jul. 2013.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA-UNILA (site oficial). Disponível em: [www.unila.edu.br](http://www.unila.edu.br). Acesso em: 15 jul. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL-MEC (site oficial). Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2013.

### **Referências jornalísticas.**

Jornal *A Plateia*. Santana do Livramento, Brasil. Edição de 13 de junho de 2010.

Data de envio: 22/06/2015  
Data de aceite: 02/06/2016  
Data da publicação: 23/12/2016